

<b>Evento</b>	Reunião híbrida - Grupo de Trabalho para apresentação de estudos e propostas de aprimoramento das atividades relacionadas aos Oficiais de Justiça
<b>Data</b>	14/10/2025
<b>Horário</b>	15h
<b>Local</b>	Sala de reuniões da Presidência e Telepresencial pelo Google Meet
<b>Presentes</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador, Sérgio Polastro Ribeiro (titular);</li><li>- Juíza Auxiliar da Presidência, Daniela Macia Ferraz Giannini (suplente);</li><li>- Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional, Lúcia Zimmermann;</li><li>- Juiz Virgílio de Paula Bassanelli, Coordenador da Divisão de Execução de São José do Rio Preto;</li><li>- Leandro Vinicius Miranda Cauneto, Coordenador da Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial;</li><li>- Regina Mari Enomoto Tabarini, Diretora da Secretaria Conjunta de São José do Rio Preto;</li><li>- Wagner Antônio Cristal Junqueira, Chefe da Divisão de Execução de São José do Rio Preto;</li><li>- Lilian Barreto Rodrigues Queiroz, Oficial de Justiça atuante na Área de Apoio de Piracicaba - Americana;</li><li>- Nemevaldo Felipe Junior, Oficial de Justiça atuante na Central de Mandados de São José do Rio Preto;</li><li>- Anderson dos Santos Fernandes, Oficial de Justiça atuante na Área de Apoio de São José do Rio Preto - Fernandópolis;</li><li>- Vagner Oscar de Oliveira e João Paulo Zambom, respectivamente representantes titular e suplente da Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;</li><li>- Joaquim José Teixeira Castrillon e Henrique Augusto Hauschild, respectivamente representantes titular e suplente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região;</li><li>- Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Carlos Eduardo Buzan Larica.</li></ul>
<b>Pauta / Assuntos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- <a href="#">PROAD 13958/2025</a> - requerimento postulado pela Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – ASSOJAF15 e propostas do Grupo de Trabalho criado.</li></ul>

O Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador, Sérgio Polastro Ribeiro, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todas e a todos pela participação.

O Magistrado Coordenador pontuou que as conclusões advindas deste grupo possuem caráter consultivo e informativo, com vistas a apresentar subsídios à Alta Administração. Enfatizou a necessidade de se trabalhar com o cenário atual, não com projeções e perspectivas, que podem não se concretizar. Por fim, elucidou que o formato de Secretaria Conjunta tem a sua gênese na utilização eficiente da força do trabalho de forma a equalizar serviços.

A Magistrada Daniela Macia Ferraz Giannini dispôs que todas as formas de utilização da carga laboral no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região caminham no sentido da equalização, destacando a importância do posicionamento dos oficiais de justiça em relação ao processo em curso.

Vagner Oscar de Oliveira, representante da Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, opinou que a Associação não é contra o projeto, mas carente de informações.

Dentre os aspectos apresentados pelos oficiais estão o déficit de servidores, o agravamento dos riscos inerentes ao exercício da profissão e a elevação do custo operacional no processo de atuação em áreas desconhecidas. Também, a possibilidade de compensação financeira por cumprimento de mandados em longas distâncias por oficial diverso, suprimindo assim eventuais lacunas laborais por ausência de servidor

A desproporção de carga laboral entre os oficiais também foi apresentada. Neste sentido, a servidora Regina Mari Enomoto Tabarini, Diretora da Secretaria Conjunta de São José do Rio Preto, trouxe os seguintes números: enquanto que o Oficial de Justiça de Tanabi realiza 134 diligências e o de José Bonifácio 177; em São José do Rio Preto o número sobe para 819, 808, 645, 621 e 435 diligências.

Se por um lado, a diferença numérica lança um olhar sobre a questão da equalização, por outro, há necessidade de uma mensuração mais qualitativa. Não só no aspecto distributivo, mas também nas bases estatísticas.

O servidor Wagner Antônio Cristal Junqueira publicizou que a distribuição de mandados em São José do Rio Preto se dá a partir da adoção de pesos: até 5 executados pesquisados, peso 1; de 6 a 10 executados pesquisados, peso 2; e, acima de 10 pesquisados, peso 3.

Anderson dos Santos Fernandes, Oficial de Justiça atuante na Área de Apoio de São José do Rio Preto - Fernandópolis, mostrou-se favorável à retirada de pesquisas patrimoniais de quem exercer o seu ofício nas ruas.

O Magistrado Sérgio Polastro Ribeiro ressaltou que eventual nomeação de novos servidores, mediante concurso público, depende de autorização do CSJT, sendo que, a título de exemplo, em 2025, até o momento, foi autorizado o provimento de apenas cinco cargos na 15ª Região. Dessa forma, o objetivo do grupo de trabalho é buscar soluções de equalização da carga de trabalho dos oficiais sem, necessariamente, contar com o provimento de novos cargos.

Joaquim José Teixeira Castrillon, Oficial de Justiça e representante do Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região, expressou entender que o Código de Processo Civil autoriza a atuação do oficial em comarca contígua, desde que necessária ao cumprimento de seu mandado. Em relação aos precatórios, citando o Tribunal Regional da 2ª Região, discorreu sobre a importância do acesso ao processo judicial eletrônico daquela localidade para conhecimento processual da diligência a ser realizada (de igual forma, acesso do sistema do Tribunal da 15ª Região pelos Oficiais daquele Regional).

A Magistrada Lúcia Zimmermann trouxe ao conhecimento a assinatura de Termo de Cooperação entre os Tribunais Regionais do Trabalho da 15ª e da 2ª Região. Quanto ao déficit da força de trabalho, expôs o enorme esforço feito pela Alta Administração, inclusive na gestão anterior, no sentido de prover mais cargos de oficial de justiça. O Coordenador Sérgio Polastro Ribeiro ratificou, dizendo que até mesmo a AMATRA XV, na época, esperava nomeação de mais servidores para a função de assistentes de juiz, porém a Presidência optou pelo provimento de mais de 30 cargos de oficial de justiça.

A Magistrada Lúcia Zimmermann ainda acrescentou que o atual Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Excelentíssimo Ministro Luiz Philippe Vieira de

Mello Filho, deixou muito clara a importância da equalização no âmbito da Justiça do Trabalho, o que encontra respaldo em normativos e decisões dos Conselhos superiores, especialmente do próprio Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O tema tem sido tratado, inclusive, nas reuniões do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecot). Em relação à estatística, sugeriu a possibilidade de um estudo sobre a atribuição de pesos e distâncias.

Por fim, a Magistrada Lúcia Zimmermann expôs que, no Projeto Simetria, a Corregedoria e a Presidência partiram de um critério quantitativo, mas que, em perspectiva futura, a evolução provável para um panorama mais qualitativo, assim que houver a revisão dos pesos da natureza das demandas junto ao CNJ, sendo lá trabalhada pelo Conselheiro Guilherme Guimarães Feliciano.

A Magistrada Daniela Macia Ferraz Giannini destacou a importância da reunião, que serviu como uma grande rodada de imersão do Grupo de Trabalho, a fim de ouvir pessoas de diferentes posições, mas envolvidas com um mesmo problema e entender a realidade de cada uma delas. Acrescentou que hoje o grupo vivenciou posições bem diferentes e deu um passo muito importante para afinar as condições de trabalho. Apontou que o maior problema seria: a definição do objeto e a identificação do tema a ser tratado, dentre os inúmeros questionamentos, que vão desde a segurança à falta de servidores e à correspondência remuneratória. Propôs pensar: “Como podemos equalizar o serviço dos Oficiais de Justiça, adaptando-os ao trabalho das Secretarias Conjuntas, diante do déficit atual de servidores, proporcionando segurança, porém sem gerar instabilidade na execução de seu labor?”.

O Magistrado Sérgio Polastro Ribeiro avaliou que, para este primeiro encontro, a ideia central foi realmente diagnosticar os problemas e pontuou que, apesar dos vários pontos de vista, todos estão do mesmo lado da mesa. Lembrou que a resistência encontrada é a mesma para servidores, oficiais e magistrados e que o intuito não é minimizar dificuldades encontradas, mas procurar solução ao cenário que é apontado. O momento, afirmou, é de transição e de construção: hoje são 8 Circunscrições; no ano a se seguir, serão 10 Secretarias Conjuntas. Todas as mudanças, salientou, exigem uma adequação, uma familiarização com a nova realidade para todos os integrantes.

Para encerrar, o magistrado solicitou que as associações representativas apresentem suas propostas, assim como os representantes de São José do Rio Preto. A partir delas, a construção de uma que solidifique o interesse público e repercuta positivamente no labor dos oficiais e o estabelecimento de critérios, levando-se em conta o cenário apresentado e possível. Também, a disponibilização do endereço de e-mail do grupo ("[gt\\_atividades\\_oj@trt15.jus.br](mailto:gt_atividades_oj@trt15.jus.br)"), e criação de grupo de chat ("Grupo de Trabalho - Oficiais de Justiça") e um prazo aproximado de 15 dias para a elaboração de propostas das organizações associativas e dos representantes de São José do Rio Preto, para posterior reunião.

Ao final, o Excelentíssimo Juiz Coordenador, Sérgio Polastro Ribeiro, agradeceu a presença de todas e todos e encerrou a reunião às 18h01.

Ata preparada por	<a href="#">Carlos Eduardo Buzan Larica, Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês</a>	Em	21/10/2025
Ata aprovada por	<a href="#">Juiz Coordenador, Sérgio Polastro Ribeiro</a>	Em	04/12/2025